

## FINANÇAS PÚBLICAS

# Governo manterá política de juros altos

*Previsão é de taxas semelhantes às deste ano, mesmo com aumento do custo financeiro*

ROLF KUNTZ

**M**á notícia para quem espera dinheiro mais barato em 1998: não há redução de juros prevista na proposta orçamentária. O governo federal deverá pagar, em termos reais, taxas parecidas com as deste ano. Esta é a base dos cálculos fornecidos pelo Banco Central, para inclusão no projeto, segundo informou o ministro do Planejamento, Antônio Kandir. Como a dívida cresceu, o Tesouro gastará mais que este ano. Em valores correntes, o custo financeiro subirá de R\$ 15,86 bilhões para R\$ 21,03 bilhões. Além disso, a despesa com juros crescerá mais do que a produção do País. Neste ano, o gasto médio deve estar correspondendo a 1,87% do Produto Interno Bruto (PIB), segundo as tabelas distribuídas pelo ministério. No próximo, deverá equivaler a 2,25%. O governo estima para 1998 uma inflação de 5,5%, de janeiro a dezembro, e uma produção 4% maior que a de 1997, segundo o ministro do Planejamento. Não se prevê mudança importante de um ano para outro. Esse quadro relativamente calmo vai depender de um setor externo sem turbulência. Mesmo sem temor de crise cambial, o governo terá de continuar garantindo, com juros atraentes, o ingresso de recursos para financiar o déficit na conta corrente do balanço de pagamentos. O problema, como está comentado na última *Sinopse Econômica* do BNDES, é manter os juros em nível que nem agrave a situação do

## ESTIMATIVA É DE QUE PRODUÇÃO CRESCA 4%

rem como se espera, o superávit primário será suficiente para cobrir 35% dos juros reais. O resultado primário é a diferença entre o gasto e o dispêndio não financeiros. Neste ano, esse resultado basta para atender a 32,2% dessa despesa com juros. Em 1996, deu apenas para pagar 17%.

Tesouro nem afaste os aplicadores de capital estrangeiro.

O Tesouro, porém, estará mais capacitado para enfrentar os custos financeiros. Se receita e despesa crescerem como se espera, o superávit

### O GOVERNO ACORRENTADO

Quase todo o aumento de gastos está nos itens incompressíveis

	1997 R\$ milhões	1998 R\$ milhões	Var. Absoluta R\$ milhões	Variação %	Participação % Relativa
<b>Despesas não financeiras</b>	170.297,0	180.098,3	9.801,3	5,8%	100,0%
<b>Despesas incompressíveis</b>	130.740,9	140.103,0	9.362,1	7,2%	95,5%
Pessoal e encargos	46.528,0	48.172,9	1.645,0	3,5%	16,8%
Benefícios previdenciários	49.057,3	51.239,8	2.182,5	4,4%	22,3%
Sentenças judiciais	1.874,4	2.223,1	348,7	18,6%	3,6%
Principais vinculações	33.281,2	38.467,2	5.186,0	15,6%	52,9%
<b>Outras despesas de custeio e de capital</b>	39.556,1	39.995,3	439,2	1,1%	4,5%
Outros Poderes: Legislativo e Judiciário (atividades)	1.273,4	1.385,4	112,0	8,8%	1,1%
Atividades (Poder Executivo)	29.178,6	30.354,4	1.175,8	4,0%	12,0%
Despesas sociais prioritárias	16.835,2	18.369,1	1.533,9	9,1%	15,6%
Outros gastos (atividades)	12.343,4	11.985,3	-358,1	-2,9%	-3,7%
Gastos com projetos	9.104,2	8.255,5	-848,7	-9,3%	-8,7%

Fonte: Ministério do Planejamento e Orçamento

\* Em R\$ milhões médios de 1998

O superávit primário tem resultado tanto da melhor administração, como acentua Kandir, quanto da redução real do gasto com salários. Os vencimentos do funcionalismo estão congelados e também não há previsão de aumento para o próximo ano. Apesar disso, o Orçamento continua muito rígido. O aumento das despesas não financeiras, de R\$ 170,3 bilhões para R\$ 180,1 bilhões, está quase todo concentrado nos itens incompressíveis.

**Sociais prioritárias** — Estes gastos — Previdência, pessoal e vinculações — consumirão R\$ 9,4 bilhões a mais que em 1997, 95,5% do total do acréscimo de

R\$ 9,8 bilhões. Deve haver um aumento de R\$ 1,54 bilhão nas "despesas sociais prioritárias" — educação, saúde, reforma agrária e assistência social —, em boa parte compensado por uma redução de R\$ 1,09 bilhão em "outras atividades" e projetos. Benefícios da Previdência e pensões de inativos deverão consumir 50% de toda a receita não financeira de R\$ 180,1 bilhões.

A receita de R\$ 187 bilhões corresponde à soma de impostos, contribuições e receitas de concessão. Os ganhos com a privatização, estimados em R\$ 15 bilhões, estão contabilizados à parte e podem ser usados para abater a dívida.